

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.323.013 - RS (2012/0097731-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : ALACIR LAZZARI  
**ADVOGADO** : ROGÉRIO PEDOT AGUILAR - RS059846  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : VALNEI DAL BEM - MS006049

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ALACIR LAZZARI, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. REPETIÇÃO DE VALORES. ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA.*

*POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO: A pretensão de restituição dos valores pagos em excesso ante a incorreção dos índices de correção monetária adotados para atualizar os saldos devedores em contrato de crédito rural não possui óbice, ainda que tenha havido extinção do pacto pelo pagamento. Súmula nº 36 da 40 Turma deste Tribunal de Justiça.*

*PRESCRIÇÃO: Aplicável, no caso em tela, o prazo vintenário, previsto no art. 177 do Código Civil de 1916, vigente na época da contratação, tendo em vista a regra transitória do art. 2.028 do atual Código Civil. Prescrição da pretensão formulada reconhecida em parte.*

*ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA: Devida é a restituição da diferença apurada entre os valores indevidamente cobrados do demandante a título de correção monetária, no mês de março de 1990. Aplicação do índice BTNF (41,28%) em substituição ao IPC (84,32%). Precedentes do STJ.*

*ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA: Readequado.*

*APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA." (e-STJ,fl.117)*

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 3º, §2º, do CDC, art. 70 da LUG, e suscita dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, que incide o Código de Defesa do Consumidor no caso concreto e que o vencimento antecipado da dívida não altera o termo inicial para a contagem do prazo prescricional da ação cambial, que deve ser contado a partir do vencimento do título.

Apresentadas contrarrazões às fls.152/165 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre esclarecer que a Corte de origem não se manifestou sobre os arts. 3º, §2º, do CDC, art. 70 da LUG, tampouco foram opostos embargos de declaração com objetivo de sanar eventual omissão, de modo que falta um dos requisitos de admissibilidade do apelo especial, qual seja, o prequestionamento (Enunciados Sumulares n. 282 e n. 356 do C. STF). Por oportuno, leiam-se estes julgados:

*"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE COBERTURA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo tribunal de origem, a questão federal suscitada. 2. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 504.841/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2014, DJe 01/08/2014)*

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. IMPENHORABILIDADE DE IMÓVEL. BEM PROFISSIONAL. EXCEPCIONALIDADE DA CONSTRIÇÃO JUDICIAL. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.*

*1. Não há falar em violação dos arts. 458, II, e 535, II, do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.*

*2. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.*

*3. De acordo com a jurisprudência desta Corte, é possível a penhora em caráter excepcional de imóvel comercial, no qual se localiza empresa do executado, desde que não seja utilizado para a residência de sua família e não haja outros bens livres e desembaraçados, passíveis de serem constritos. (REsp 1.114.767/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, DJe*

04/02/2010).

4. *Agravo regimental não provido, com aplicação de multa."*

(AgRg no AREsp 490.801/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 17/09/2014)"

Além disso, o conteúdo do recurso especial encontra-se totalmente dissociado do tema discutido no processo, uma vez que o caso dos autos não se trata de ação cambial, na qual se discute eventual alteração do termo inicial do prazo prescricional diante do vencimento antecipado da dívida, mas sim de ação de rito ordinário, na qual o autor pleiteia a restituição de valores que lhe foram cobrados a maior em razão da aplicação de índice de correção que entende incorreto.

Assim, no presente caso, incide também a Súmula n. 284/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*. Neste sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. REVISÃO. ARGUMENTOS DISSOCIADOS DA DECISÃO IMPUGNADA. SÚMULA N. 284-STF. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS N. 282 E 356-STF. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. AUSÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. VIABILIDADE.*

1. *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"* (Súmula 284 do STF).

2. *O tema da repetição do indébito não foi apreciado no julgamento proferido pelo Tribunal a quo, tampouco foram opostos embargos de declaração para que fosse suprida a omissão, de modo que ausente o requisito do prequestionamento (súmulas nº 282 e 356, do C. STF).*

3. *As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura, podendo aferir juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, circunstância que, por si só, não indica cobrança abusiva.*

4. *É admitida, no período de inadimplemento contratual, a comissão de permanência, à taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e limitada à taxa do contrato, desde que não esteja cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), com juros remuneratórios (Súmula 296/STJ), com juros moratórios nem com multa contratual.*

5. *Apenas se admite o deferimento dos pedidos de vedação de inscrição do nome do contratante nos órgãos de proteção ao crédito e de manutenção do devedor na posse do bem quando descaracterizada a mora pela cobrança de encargos ilegais.*

6. *Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no REsp 1423562/RS, minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2014, DJe 01/08/2014)*

**"PETIÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.**

**- Em uma petição confusa e com afirmações desconexas e ininteligíveis, o requerente aborda questões não discutidas por esta eg. Quinta Turma no julgamento do agravo regimental. Em verdade, inviabilizada a compreensão da controvérsia, o que atrai a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.Petição não conhecida." (PET no AgRg no AREsp 5.475/MG, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 01/02/2013)**

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator